

Um destino doravante compartilhado

**Discurso do Prof. Romano Prodi
Presidente da Comissão Europeia**

Proferido por ocasião da comemoração do Tratado CECA

Bruxelas, 23 de Julho de 2002

APENAS FAZ FÉ O TEXTO DO DISCURSO PROFERIDO

Minhas senhoras e meus senhores:

O objectivo do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço é simples e cheio de esperança - tal como consignado no Preâmbulo, consiste em "orientar um destino doravante compartilhado".

Em 18 de Abril de 1951, o objectivo principal consistia em pôr fim a uma rivalidade secular entre a França e a Alemanha, reconciliar os europeus e substituir as relações de força pela solidariedade.

A originalidade da abordagem residia no facto de a acção incidir num ponto descrito por Robert Schuman como "limitado, mas decisivo": pôr em comum a produção do carvão e do aço tornava a guerra materialmente impossível.

No fundo, trata-se de um pequeno "desvio" nos territórios da economia. Quando os observadores analisam os factos em perspectiva, cometem por vezes o erro de acreditarem que a Comunidade do Carvão e do Aço consistia numa iniciativa técnica de alcance limitado.

Na realidade, a primeira Comunidade Europeia foi uma grande inovação política e institucional.

Pela primeira vez, alguns Estados decidiram livremente exercer em conjunto uma parcela da sua soberania, de uma forma diferente e original e decidiram fazê-lo num sector estratégico, tendo para o efeito criado instituições supranacionais incumbidas de fazer respeitar os Tratados e de prosseguir o interesse geral. Assim nasceu a Alta Autoridade, que mais tarde se transformou na Comissão.

Cinquenta anos depois, no momento em que chega ao seu termo, o Tratado CECA proporciona-nos três ensinamentos:

- O método demonstrou incontestavelmente a sua validade;
- Não devemos ter medo de ser ambiciosos;
- A Convenção deve inspirar-se neste sucesso.

*

O método demonstrou incontestavelmente a sua validade.

Em primeiro lugar, o principal objectivo foi atingido: actualmente, é impensável uma guerra entre os povos da União Europeia.

Em segundo lugar, os resultados económicos não oferecem dúvidas. A estrutura institucional concebida por Jean Monnet permitiu atingir os objectivos do projecto inicial.

Não irei repetir aqui a história completa do êxito do mercado comum e, mais tarde, do mercado único. Permitam-me apenas salientar a introdução do euro. Esta realização extraordinária do método comunitário desafiou também as leis do realismo. O euro tornou-se na nossa moeda no início deste ano sem o mínimo percalço, apesar dos prognósticos mais pessimistas.

Exactamente como a colocação em comum da produção do carvão e do aço, a introdução do euro é simultaneamente um facto económico concreto e uma decisão com profundas implicações políticas. Trata-se de um novo destino compartilhado.

Por último, os países da Europa Central e Oriental estão em vias de se unirem a nós. O alargamento constitui a prioridade do meu mandato e da Comissão a que presido, representando a primeira unificação genuinamente pacífica do Continente.

*

Com base nos êxitos alcançados, não devemos ter medo de ser ambiciosos.

É para nós um dever, em especial para com as novas gerações. O sentido da urgência e o imperativo da reconciliação desapareceram, tendo-se instalado hoje em dia uma certa forma de indiferença, que constitui o terreno de predilecção do populismo.

É fundamental edificar a Europa política. Apesar do balanço extremamente positivo que já mencionei, existem cidadãos que não se identificam com a construção comunitária. Quando tentam compreendê-la, ficam perplexos perante a sua complexidade e pretendem legitimamente saber quem exerce quem é responsável pela tomada das decisões.

Equacionar a questão da Europa política hoje em dia significa interrogar-se sobre qual o tipo de governo e qual o tipo de liderança são necessários e possíveis para alargar com sucesso a construção europeia a sectores como a política externa, a segurança e a defesa e a política económica.

Há quem defenda que o novo governo da Europa deve necessariamente ser do tipo intergovernamental e que a era da Europa comunitária está ultrapassada. Pessoalmente, estou convencido que, pelo contrário, o método seguido até agora, devidamente reformado e adaptado, continua a ser a melhor via para construir uma Europa à altura das necessidades da nossa época.

O projecto inicial era intrinsecamente político e muito ambicioso, tal como os ideais de homens como Schuman, Adenauer De Gasperi e Spinelli. É possível que a Europa tenha perdido um pouco da sua alma, à força de tomar precauções ou formular reservas em relação às suas ambições iniciais.

Devemos ter a coragem de retomar a nossa via e relançar estas ambições iniciais.

*

Embora virada para o futuro, a Convenção Europeia deve inspirar-se nesta via e não deve ter medo de formular projectos corajosos.

É esta a razão pela qual propus a instituição de uma Convenção, logo após o Conselho Europeu de Nice, num momento em que a situação política não era certamente propícia a propostas inovadoras. Esta Convenção está já a funcionar, graças nomeadamente ao apoio firme do Parlamento Europeu. Congratulo-me por ver que engloba tantas pessoas de grande relevo e personalidades políticas tão importantes, como o seu Presidente Valéry Giscard d'Estaing, as personalidades que compõem o seu Praesidium, e grandes figuras políticas dos seus países.

A sua missão é difícil, os desafios são consideráveis e as expectativas são elevadas.

Em Laeken identificámos três objectivos fundamentais: o alargamento, o papel da União Europeia face à globalização e as expectativas dos cidadãos. A Convenção deverá lançar os alicerces de um novo pacto político e institucional europeu, a fim de que a União Europeia possa responder de forma democrática e eficaz a estes desafios.

É necessário, por conseguinte, reflectir sobre a eficiência do sistema após o próximo alargamento, que é já iminente. Sem uma profunda reforma do seu processo de decisão, é evidente que a União perderia o seu encontro com a História.

Além disso, para contar verdadeiramente na cena internacional, para contribuir para garantir novos equilíbrios num mundo multipolar, a Europa tem de explorar todo o seu potencial económico, reformar as suas estruturas e exercer os seus poderes de forma mais eficaz e transparente. Com efeito, a globalização constitui um desafio em termos de poder, de acção e de influência.

Por último, temos de estar à altura das expectativas dos cidadãos europeus. Não se trata apenas de reforçar a legitimidade das nossas instituições e de torná-las mais directas e visíveis nem de promover uma maior participação nos nossos processos de decisão. A nossa legitimidade dependerá igualmente e sobretudo dos resultados concretos que conseguirmos obter e das respostas que soubermos dar às necessidades dos cidadãos.

É por esta razão que consideramos indispensável consolidar o nosso modelo de desenvolvimento económico e social, construir uma vasta zona de liberdade, segurança e justiça, dar um significado concreto ao conceito de cidadania europeia e atribuir à União as competências e os meios próprios de uma potência mundial.

Devemos igualmente empreender um esforço de diálogo e de informação.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o objectivo era claro e partilhado por todos: "que tal nunca mais se repetisse"! O âmbito de acção era limitado: o carvão e o aço, seguido da abolição das barreiras às trocas comerciais.

Actualmente, as coisas são mais complicadas. As questões tratadas a nível europeu cobrem um âmbito muito mais alargado e bastante mais profundo: devemos também multiplicar os nossos esforços no plano pedagógico. Por esta razão, sinto-me particularmente feliz com esta iniciativa organizada conjuntamente com o Comité Económico e Social, cuja missão consiste em transmitir a mensagem europeia a todos os nossos cidadãos.

É importante registar que a Convenção optou por ouvir os representantes da sociedade civil, o que lhe permitirá ter uma ideia mais clara das expectativas de todos em relação à Europa do futuro.

Uma das virtudes da Convenção reside no facto de ser composta por representantes eleitos pelas populações, escolhidos segundo as regras da democracia representativa. Estes representantes são chamados a desempenhar uma função essencial em termos de legitimidade democrática da UE.

São eles que deverão comparecer perante as suas assembleias e os seus partidos de origem a fim de explicarem as propostas da Convenção. É em grande parte a essas pessoas e aos deputados do Parlamento Europeu que incumbe a missão de divulgar as ideias e os debates da Convenção.

A Convenção representa uma ocasião única para um passo decisivo na via da construção de uma nova entidade política.

Já nesta fase inicial, a Convenção demonstrou as suas grandes potencialidades, alargando progressivamente os temas de debate e tratando-os de forma mais aprofundada e sistemática em relação à abordagem adoptada nas conferências intergovernamentais.

Além disso, a intenção de apresentar um projecto de tratado constitucional na próxima conferência intergovernamental suscita um apoio cada vez mais alargado.

Neste contexto, a experiência dos últimos cinquenta anos pode revelar-se preciosa.

Com efeito, demonstra que é mais fácil encontrar soluções viáveis se nos concentrarmos sobretudo na substância das questões, deixando para segundo plano o prestígio e os interesses individuais imediatos. A proposta de Jean Monnet incomodou certamente alguns produtores de aço e de carvão... Teria sido preferível optar então pelo imobilismo?

Neste domínio, tal como no da coordenação económica e no da justiça e dos assuntos internos, devemos voltar a descobrir o sentido daquilo que nos é comum, o sentido do interesse geral.

*

A segunda grande virtude do plano Schuman, que iria tornar-se na CECA, consistia na sua simplicidade. O objectivo era idealista, imenso, mas a construção proposta revelou-se simples e imediatamente compreensível.

Estou convencido de que o sucesso da Convenção dependerá em grande parte do grau de simplicidade e da facilidade de compreensão das soluções que vierem a ser encontradas.

Com a fusão dos executivos das Comunidades, ocorrida há trinta e cinco anos, foi realizado um grande passo no sentido da simplificação. Temos de hoje ter a capacidade de realizar um esforço semelhante. De resto, não existe qualquer contradição entre a simplicidade e a ambição. Naquela época, a viabilidade e as consequências da fusão suscitavam também existiam inúmeras preocupações e interrogações. Essa reforma também parecia uma empresa difícil. No entanto, foi levada a bom termo e compreendida por todos. Hoje em dia devemos dar provas da mesma determinação para proceder a mudanças estruturais importantes como, por exemplo, a fusão dos pilares de Maastricht.

*

É esta, minhas senhoras e meus senhores, a mensagem simples e importante de que devemos tomar consciência nesta ocasião solene e comovente.

A CECA foi um grande projecto político, mas a integração constitui um projecto político ainda mais importante.

É por esta razão que é indispensável que as nossas propostas e a sua legitimidade democrática estejam à altura dos objectivos que nos propomos atingir.

Muito obrigado.